



PREFEITURA DE  
**Tacaimbó**  
Trabalhando por você!



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO, JOELDA LIMA DA SILVA PEREIRA  
Acesse em: <https://stce.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 8b7a8b1e-bdea-4b99-a05e-b025d856aee3

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2025**

# Balanço Patrimonial

Consolidado

PREFEITURA MUNICIPAL DE TACAIMBÓ

ENTIDADE

**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE TACAIMBÓ**

Órgão consolidador orçamentário  
do Poder Executivo Municipal  
Exercício 2025 - peça consolidada



Assessoria contábil e apoio técnico institucional  
**AC PÚBLICA ASSESSORIA CONTÁBIL**

## Prefeitura Municipal de Tacaimbó - 2025

Av. Sebastião Clemente, s/n -  
Tacaimbó/PE - CEP: 55140-000  
CNPJ Nº: 10.091.601/0001-00 Telefone:

### Balanco Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64  
2025 - Consolidado

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCICIO ATUAL	EXERCICIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCICIO ATUAL	EXERCICIO ANTERIOR
<b>ATIVO CIRCULANTE (Nota 1)</b>	<b>21.626.770,26</b>	<b>7.381.642,35</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE (Nota 11)</b>	<b>3.632.454,68</b>	<b>3.436.609,12</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (Nota 2)	20.915.440,98	6.670.313,07	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	341.009,85	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	20.915.440,98	6.670.313,07	PESSOAL A PAGAR	15.954,98	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO (F)	20.915.440,98	6.670.313,07	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO (F)	15.954,98	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO (Nota 3)	237.809,54	237.809,54	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	325.054,87	0,00
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	53.695,94	53.695,94	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-CONSOLIDAÇÃO (F)	325.054,87	0,00
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - CONSOLIDAÇÃO (P)	53.695,94	53.695,94	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER	166.963,88	166.963,88	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	208.047,98	582.944,90
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER - INTER OFSS – UNIÃO (P)	17.865,02	17.865,02	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	208.047,98	582.944,90
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER - INTER OFSS - ESTADO (P)	149.098,86	149.098,86	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO (F)	208.047,98	582.944,90
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	30.520,00	20.000,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - CONSOLIDAÇÃO (P)	30.520,00	20.000,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	-13.370,28	-2.850,28	TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO (P)	-13.370,28	-2.850,28	PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	76.828,92	76.828,92	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	3.083.396,85	2.853.664,22
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	76.445,86	76.445,86	VALORES RESTITUÍVEIS	2.493.772,31	2.264.039,68
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR - CONSOLIDAÇÃO	76.445,86	76.445,86	VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO (F)	2.493.772,31	2.264.039,68
INSS A COMPENSAR (F)	76.445,86	76.445,86	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	589.624,54	589.624,54
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	383,06	383,06	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO (F)	589.624,54	589.624,54
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	383,06	383,06			
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO (F)	383,06	383,06			
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO (Nota 4)	0,00	0,00			
ESTOQUES (Nota 5)	396.690,82	396.690,82			
ALMOXARIFADO	396.690,82	396.690,82			
ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO (P)	396.690,82	396.690,82			
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA	0,00	0,00			
ATIVO BIOLÓGICO	0,00	0,00			



### Balço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64  
2025 - Consolidado

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00			
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE (Nota 7)</b>	<b>35.482.810,13</b>	<b>29.433.158,63</b>	<b>PASSIVO NÃO-CIRCULANTE (Nota 12)</b>	<b>8.471.084,27</b>	<b>8.638.979,05</b>
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	653.285,81	19.873,27	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO (Nota 13)	-167.894,78	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO (Nota 8)	653.285,81	19.873,27	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	-167.894,78	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	3.563,10	19.873,27	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTER OFSS - UNIÃO (P)	-167.894,78	0,00
CRÉDITOS NÃO PREVIDENCIÁRIOS INSCRITOS (P)	2.856.387,29	2.921.358,40	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO (Nota 15)	0,00	0,00
(-) AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA (P)	-2.852.824,19	-2.901.485,13	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO (Nota 16)	2.516.008,02	2.516.008,02
CRÉDITOS A LONGO PRAZO - INTER OFSS - UNIÃO	649.722,71	0,00	FORNECEDORES NACIONAIS E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	2.516.008,02	2.516.008,02
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA (P)	649.722,71	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A LONGO PRAZO - INTER OFSS - MUNICÍPIO (P)	2.516.008,02	2.516.008,02
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO (Nota 9)	34.829.524,32	29.413.285,36	TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	8.965.072,15	8.401.425,86	PROVISÕES A LONGO PRAZO (Nota 17)	0,00	0,00
BENS MÓVEIS- CONSOLIDAÇÃO	8.965.072,15	8.401.425,86	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO (Nota 20)	6.122.971,03	6.122.971,03
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS (P)	820.818,51	0,00	OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	6.122.971,03	6.122.971,03
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO (P)	6.359,00	0,00	OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO- CONSOLIDAÇÃO (P)	6.122.971,03	6.122.971,03
DEMAIS BENS MÓVEIS (P)	8.137.894,64	8.401.425,86	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
BENS IMÓVEIS	28.531.996,07	23.262.356,43	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>12.103.538,95</b>	<b>12.075.588,17</b>
BENS IMÓVEIS- CONSOLIDAÇÃO	28.531.996,07	23.262.356,43	<b>PATRIMÔNIO LIQUIDO</b>		
EDIFÍCIOS (P)	14.000,00	0,00	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>EXERCÍCIO ATUAL</b>	<b>EXERCÍCIO ANTERIOR</b>
TERRENOS/GLEBAS (P)	460.000,00	0,00	PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00
OUTROS BENS DE USO COMUM DO POVO (P)	3.983.967,69	0,00	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00
OUTROS BENS IMÓVEIS (P)	24.043.993,79	23.232.321,84	RESERVAS DE CAPITAL	0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-2.667.543,90	-2.250.496,93	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	-2.667.543,90	-2.250.496,93	RESERVAS DE LUCROS	0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS MÓVEIS (P)	-2.471.818,59	-2.055.477,00	DEMAIS RESERVAS	0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS IMÓVEIS (P)	-195.725,31	-195.019,93	RESULTADOS ACUMULADOS	45.006.041,44	24.739.212,81
INTANGÍVEL (Nota 10)	0,00	0,00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	45.006.041,44	24.739.212,81
DIFERIDO	0,00	0,00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	36.431.253,36	16.164.424,73
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO (P)	20.285.856,21	515.276,30



## Prefeitura Municipal de Tacaimbó - 2025

Av. Sebastião Clemente, s/n -  
Tacaimbó/PE - CEP: 55140-000  
CNPJ Nº: 10.091.601/0001-00 Telefone:

### Balanco Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64  
2025 - Consolidado

			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-19.027,58	0,00
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (P)	16.164.424,73	15.649.148,43
			AJUSTE DE EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	0,00
			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS RESULTANTES DE EXTINÇÃO, FUSÃO E CISÃO	0,00	0,00
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	9.684.835,14	9.684.835,14
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	-1.110.047,06	-1.110.047,06
			(-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA	0,00	0,00
			<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LIQUIDO (Nota 22)</b>	<b>45.006.041,44</b>	<b>24.739.212,81</b>
<b>TOTAL</b>	<b>57.109.580,39</b>	<b>36.814.800,98</b>	<b>TOTAL</b>	<b>57.109.580,39</b>	<b>36.814.800,98</b>
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>20.992.269,90</b>	<b>6.747.141,99</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO (Nota 21)</b>	<b>4.424.909,92</b>	<b>3.436.609,12</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>36.087.275,90</b>	<b>30.037.624,40</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>8.471.084,27</b>	<b>8.638.979,05</b>
			<b>SALDO PATRIMONIAL (Nota 23)</b>	<b>44.213.586,20</b>	<b>24.739.212,81</b>

SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO ATIVO			SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCICIO ATUAL	EXERCICIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCICIO ATUAL	EXERCICIO ANTERIOR
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00	0,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	3.108.381,11	3.108.381,11
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	3.108.381,11	3.108.381,11
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES -CONSOLIDAÇÃO	3.108.381,11	3.108.381,11
			OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>3.108.381,11</b>	<b>3.108.381,11</b>



### SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO (Nota 24)

ESPECIFICAÇÃO	EXERCICIO ATUAL	EXERCICIO ANTERIOR
500 - Recursos não vinculados de Impostos	4.120.411,85	-6.979,90
501 - Outros Recursos não Vinculados	393,00	-1.119.240,91
540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	128.553,54	-449.000,12
542 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	1.000,41	0,00
543 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	280.761,64	5.542,23
544 - Recursos de Precatórios do FUNDEF	1.821.561,01	0,00
546 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI	183.894,48	0,00
550 - Transferência do Salário-Educação	50.793,63	189.636,62
551 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	4,83	4,36
552 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	863,56	19,65
553 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	34.200,47	1.929,32
569 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	252.286,49	869,52
570 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e outros Repasses vinculados à Educação	0,25	-2.220,26
571 - Transferências do Estado referentes a Convênios e outros Repasses vinculados à Educação	27.535,54	50.511,03
576 - Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação	50.511,03	0,00
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	484.092,68	-50.229,48
600.3110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	1.086.119,88	0,00
600.3120 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada	922.340,72	0,00
600.3130 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de comissão	1.529.038,26	0,00
601 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	582.350,53	536.409,10
602 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	0,00	25.728,00
604 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	0,00	-37.456,26
605 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.	98.422,47	29.211,47



621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	82.147,21	44.614,27
631 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e outros Repasses vinculados à Saúde	0,71	0,00
659 - Outros Recursos Vinculados à Saúde	0,00	39.235,93
660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	317.546,59	407.289,11
661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	230.247,73	384.135,38
665 - Transferências de Convênios e outros Repasses vinculados à Assistência Social	2.530,40	0,00
669 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	-25,30
700 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União	2.038.300,08	837.458,88
701 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses dos Estados	0,00	44.474,58
706 - Transferência Especial da União	568.687,00	2.378.615,65
710 - Transferência Especial dos Estados	500.000,00	0,00
710.3210 - Transferência Especial dos Estados - Emendas Parlamentares Individuais	4,84	0,00
755 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	1.173.549,59	0,00
869 - Outros recursos extraorçamentários	-790,44	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>16.567.359,98</b>	<b>3.310.532,87</b>

\_\_\_\_\_  
Joelda Lima da Silva Pereira  
Prefeita  
CPF 849.300.044-20

\_\_\_\_\_  
Jose Cristóvam da Silva Filho  
Contador  
CRC 025898/O-0





**Nota Explicativa  
(CONSOLIDADA)  
Balanço Patrimonial**  
Anexo 14, Lei nº4.320/64

**a) INFORMAÇÕES GERAIS**

**a.1. Nome da entidade**

Prefeitura Municipal de Tacaimbó  
CNPJ: 10.091.601/0001-00

**a.2. Domicílio da entidade**

Av. Sebastião Clemente, s/n,  
Tacaimbó – PE  
CEP: 55140-000

**a.3. Dados do gestor**

Joelda Lima da Silva Pereira  
Cargo: Prefeita  
CPF: 849.300.044-20

**a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas**

José Cristóvam da Silva Filho  
CRC: 02598/O-0

**a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade**

A Prefeitura Municipal concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. Para tanto, em sua estrutura constam secretarias, departamentos, fundos especiais, entre outros órgãos da administração direta e indireta. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). A Câmara de Vereadores se mantém através de transferência financeira feito pelo município até o dia 20 de cada mês chamado de “Duodécimo”, conforme art. 29-A da Constituição Federal.

**a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis**

este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 2.016/2024, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 11ª edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Os registros foram feitos através do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público definido pela parte IV da 11ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), obedecendo a seguinte codificação padronizada: 1 - Ativo; 2 - Passivo; 3 - Variação

**PREFEITURA DE TACAIMBÓ**

Endereço: R. Sebastião Clemente, nº 83 - Centro, Tacaimbó - PE, 55140-000.

Telefone: (81) 3755-1257



PREFEITURA DE  
Tacaimbó



**Nota Explicativa  
(CONSOLIDADA)  
Balanço Patrimonial**  
Anexo 14, Lei nº4.320/64

Patrimonial Diminutiva; 4 - Variação Patrimonial Aumentativa; 5 - Controles da Aprovação do Orçamento; 6 - Controle da Execução do Planejamento e Orçamento; 7 - Controles Devedores; e 8 - Controles Credores. Quanto as fontes e destinação de recursos, este demonstrativo seguiu a estrutura padronizada pela Secretaria do Tesouro Nacional sendo o primeiro dígito para o ano, os três dígitos da fonte de recursos com o intervalo de número 500 a 999, e as informações complementares (CO) com quatro dígitos. Destacam-se as fontes 500, referente aos recursos não vinculados, específicos para a arrecadação das receitas de impostos e transferências de impostos e 501, para os demais recursos livres, sem vinculação específica. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE e Índice de Qualidade da Informação Contábil da STN.

**a.7. Aspectos relevantes sobre a consolidação das demonstrações contábeis**

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações consolidadas das seguintes Entidades do Município de Tacaimbó: Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações consolidadas das seguintes Entidades do Município de Tacaimbó: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TACAIMBÓ, FUNDO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TACAIMBÓ, CÂMARA DE VEREADORES E PREFEITURA DE TACAIMBÓ**

**b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS**

**b.1. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE**

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE,

apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos, demais créditos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema



**Nota Explicativa  
(CONSOLIDADA)  
Balanço Patrimonial**  
Anexo 14, Lei nº4.320/64

compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Foram utilizados os atributos (P) para “Permanente” e (F) para “Financeiro” quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

**b.2. Bases de mensuração utilizadas**

- O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial.
- A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente. Apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.
- Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).
- Apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.
- Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).
- As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução 200/2025.
- Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos
- de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.
- Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (6º e 7º níveis).
- O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação.
- Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que



**Nota Explicativa  
(CONSOLIDADA)  
Balço Patrimonial**  
Anexo 14, Lei nº4.320/64

- representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos
- de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.
  - Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (6º e 7º níveis).
  - O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação, conforme abaixo:

<b>FONTE DE RECURSO</b>
500.1001 - Recursos não vinculados de Impostos - Educação
500.1002 - Recursos não vinculados de Impostos - Saúde
501 - Outros Recursos não Vinculados
540.0000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos
540.1070 - Transferências do FUNDEB - 70% - Impostos e Transferências de Impostos
541.0000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF
541.1070 - Transferências do FUNDEB - 70% - Complementação da União - VAAF
542.0000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT
542.1070 - Transferências do FUNDEB - 70% - Complementação da União - VAAT
543.0000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR
550 - Transferência do Salário-Educação
551 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)
552 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
553 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)
569 - Outras Transferências de Recursos do FNDE
570 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e outros Repasses vinculados à Educação
571 - Transferências do Estado referentes a Convênios e outros Repasses vinculados à Educação
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
601 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde
604 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias
605 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem
621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
631 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e outros Repasses vinculados à Saúde
632 - Transferências do Estado referentes a Convênios e outros Repasses vinculados à Saúde
660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social
665 - Transferências de Convênios e outros Repasses vinculados à Assistência Social
700 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União
701 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses dos Estados
719 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/202
754 - Recursos de Operações de Crédito
755 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta
880 - Recursos próprios dos consórcios



**Nota Explicativa  
(CONSOLIDADA)  
Balço Patrimonial**  
Anexo 14, Lei nº4.320/64

- Em atendimento a Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TCE-PE nº 300/2025, durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas foi considerado o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Contudo, para efeito de consolidação não deverão ser excluídas as transações recíprocas de natureza intraorçamentária. Desta forma, os dados foram somados ou agregados, conforme determinação do TCE-PE, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação do item 3.2.3 à página 527 da 11ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
- As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.
- Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da alienação de ativos ou pagamento de passivos.
- A maior parte dos elementos patrimoniais foi mensurado pelo valor de custo, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação, detalhados no decorrer desta nota explicativa, principalmente quanto ao controle do imobilizado (custo ou reavaliação).
- As contas intituladas no grupo “Caixa e equivalentes de caixa” são mensuradas e avaliadas pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- As contas intituladas no grupo “Créditos e valores a curto prazo” são mensuradas e avaliadas pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, destacados a seguir.
- O ajuste para perdas dos “Créditos tributários” foi mensurado contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida ativa nos últimos três exercícios tendo como base o dia 01 de janeiro de cada ano, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de cada ano, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação. Foram feitos ajustes para o curto prazo com base na expectativa de recebimento até 12 meses após o levantamento deste balanço, restando seu saldo residual no ativo não circulante.
- As contas intituladas no grupo “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” são avaliadas e mensuradas pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.
- As contas intituladas “Estoques”, são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque, ficando o tratamento contábil dado mensalmente ao material de consumo (elemento 3.3.90.30), registrado diretamente numa variação patrimonial diminutiva. O setor contábil informou ao controle interno a situação para que adote as medidas necessárias para sanar a questão.

**PREFEITURA DE TACAIMBÓ**

Endereço: R. Sebastião Clemente, nº 83 - Centro, Tacaimbó - PE, 55140-000.

Telefone: (81) 3755-1257



**Nota Explicativa  
(CONSOLIDADA)  
Balço Patrimonial**  
Anexo 14, Lei nº4.320/64

- As contas intituladas no grupo “Imobilizado” foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio do município não disponibilizou até o fechamento deste balanço as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas ao setor contábil de forma tempestiva o imobilizado apresenta aumento de valor patrimonial sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis. O setor contábil informou ao controle interno a situação para que adote as medidas necessárias para sanar a questão.
- As contas classificadas no grupo “Intangível”, foram parametrizadas no sistema contábil para serem mensuradas ou avaliadas com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).
- As contas classificadas no grupo “Empréstimos e financiamentos”, foram avaliadas observando-se o seguinte critério: pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício;
- Quanto a execução orçamentária e fiscal os atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

**b.2.1. O caixa e equivalente de caixa**

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

**b.2.2. Créditos a curto prazo**

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.



**Nota Explicativa  
(CONSOLIDADA)  
Balanço Patrimonial**  
Anexo 14, Lei nº4.320/64

**b.2.3. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo**

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

**b.2.4. Estoques**

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

**b.2.5. Ajuste para perdas dos créditos tributários**

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2024, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2024 o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

**b.2.6. Imobilizado**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio Prefeitura Municipal deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

**b.2.7. Intangível**

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo



**Nota Explicativa  
(CONSOLIDADA)  
Balço Patrimonial**  
Anexo 14, Lei nº4.320/64

de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

**b.2.8. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão**

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

**b.2.9. Passivo circulante e não circulante**

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

**b.2.10. Empréstimos e financiamentos**

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

**b.2.11. Provisões**

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

**b.2.12. Apuração do resultado**

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas



**Nota Explicativa  
(CONSOLIDADA)  
Balço Patrimonial**  
Anexo 14, Lei nº4.320/64

(VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

**b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas**

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no Balço Patrimonial.

**b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis**

Quanto a classificação de ativos, não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares. Quanto a constituição de provisões, não houve registro de provisões para esta entidade. Em relação ao reconhecimento de variações patrimoniais, não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

**c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS**

**Nota 1: Ativo circulante**

Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balço Patrimonial do exercício de 2025 foram de R\$ 21.626.770,26. São compostos pelas contas: CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (R\$ 20.915.440,98); CRÉDITOS A CURTO PRAZO (R\$ 237.809,54); DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO (R\$ 76.828,92); INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); ESTOQUES (R\$ 396.690,82); ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA (R\$ 0,00); ATIVO BIOLÓGICO (R\$ 0,00); VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE (R\$ 0,00);

**Nota 2: Caixa e Disponibilidade de Caixa**

O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2025 somam R\$ 20.915.440,98



**Nota Explicativa  
(CONSOLIDADA)  
Balço Patrimonial**  
Anexo 14, Lei nº4.320/64

**Nota 3: Créditos a Curto Prazo**

Os Créditos a curto prazo são compostos pelas contas 1.1.2 (Créditos a Curto Prazo) e 1.1.3 (Demais Créditos e Valores a Curto Prazo), que totalizam R\$ 314.638,46.

**Detalhamento dos Créditos a Curto Prazo**

Registros de Créditos a Curto Prazo: CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - CONSOLIDAÇÃO (P) (R\$ 53.695,94); CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER - INTER OFSS - UNIÃO (P) (R\$ 17.865,02); CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER - INTER OFSS - ESTADO (P) (R\$ 149.098,86); DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - CONSOLIDAÇÃO (P) (R\$ 30.520,00); (-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO (P) (R\$ -13.370,28); INSS A COMPENSAR (F) (R\$ 76.445,86); VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO (F) (R\$ 383,06);

**Nota 4: Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo**

O valor evidenciado no total de R\$ 0,00, compreende as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014

**Nota 5: Estoque / Almoxarifado**

Os registros de estoque totalizaram R\$ 396.690,82.

**Nota 6: Política contábil e critérios de valoração adotada na mensuração do estoque**

Os Estoques, são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os valores dos estoques foram compatibilizados pela contabilidade pelos saldos residuais ao final do exercício, disponibilizados pelo setor responsável baseados em seus controles. O tratamento contábil dado mensalmente ao material de consumo (elemento 3.3.90.30), foi registrado diretamente numa variação patrimonial diminutiva.

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Valor total contabilizado em estoque	396.690,82
Valor classificado em outras contas específicas da entidade	0,00
Valor do estoque contabilizado pelo valor justo menos as despesas de vendas	0,00
Valor de estoques reconhecidos como despesa durante o período	0,00
Valor de qualquer redução de estoque reconhecido como despesa no resultado do período	0,00
Valor contabilizado de estoques dados como garantia a passivos	0,00
Valor de qualquer reversão de redução do valor dos estoques reconhecido no resultado do ano	0,00
Valor contabilizado de estoques dados como garantias de passivos	0,00



**Nota Explicativa  
(CONSOLIDADA)  
Balço Patrimonial**  
Anexo 14, Lei nº4.320/64

**Nota 7: Ativo Não Circulante**

Os ativos de longo prazo totalizam R\$ 35.482.810,13. São compostos pelas contas: ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (R\$ 653.285,81); INVESTIMENTOS (R\$ 0,00); IMOBILIZADO (R\$ 34.829.524,32); INTANGÍVEL (R\$ 0,00); DIFERIDO (R\$ 0,00);

**Nota 8: Créditos a Longo Prazo**

Os Créditos a Longo Prazo totalizaram R\$ 34.083,10 em 31/12/2025, correspondendo ao saldo líquido da Dívida Ativa Tributária, após a constituição do respectivo ajuste para perdas, não havendo, conforme a planilha de apuração utilizada no encerramento do exercício, saldo informado de Dívida Ativa Não Tributária.

Registros de Créditos a Longo Prazo	Valor (R\$)
Dívida Ativa Tributária – saldo bruto	275.451,27
Dívida Ativa Não Tributária – saldo bruto	0,00
(-) Ajuste para Perdas da Dívida Ativa Tributária	(241.368,17)
(-) Ajuste para Perdas da Dívida Ativa Não Tributária	0,00
Total dos Créditos a Longo Prazo	34.083,10

Os créditos inscritos em dívida ativa foram mensurados pelo valor bruto contabilmente apurado em 31/12/2025, observada a classificação no Ativo Não Circulante, em razão da expectativa de realização em prazo superior ao término do exercício subsequente. A evidenciação líquida decorre da constituição de ajuste para perdas, reconhecido em conta redutora do ativo, com a finalidade de refletir o valor estimado de recuperabilidade dos créditos tributários.

Metodologia de mensuração do ajuste para perdas da dívida ativa tributária

Para mensuração do ajuste para perdas da dívida ativa tributária, foi adotado o critério da média histórica da efetividade de arrecadação dos últimos três exercícios, calculada com base na relação entre o valor arrecadado em cada exercício e o respectivo estoque final bruto da dívida ativa tributária, conforme política metodológica parametrizada na planilha de apuração do encerramento de 2025.

O procedimento observou as seguintes etapas: levantamento do estoque inicial e final da dívida ativa tributária em cada exercício da série histórica; identificação do valor efetivamente arrecadado em cada exercício; definição da base de comparação para o cálculo da efetividade, adotando-se o estoque final bruto; apuração do percentual de arrecadação de cada exercício; apuração do percentual de perda correspondente; cálculo da média simples dos percentuais de perda dos três exercícios; e aplicação do percentual médio de perda sobre o saldo bruto da dívida ativa tributária existente em 31/12/2025.

Etapa	Procedimento adotado
1	Levantamento do estoque inicial e final da dívida ativa tributária
2	Identificação da arrecadação efetiva de cada exercício
3	Definição da base de cálculo da efetividade com base no estoque final bruto
4	Apuração do percentual de arrecadação
5	Apuração do percentual de perda
6	Cálculo da média simples dos percentuais de perda
7	Aplicação do percentual médio de perda sobre o saldo bruto em 31/12/2025



**Nota Explicativa  
(CONSOLIDADA)  
Balanço Patrimonial**  
Anexo 14, Lei nº4.320/64

Esse critério foi adotado com fundamento na prudência contábil e na necessidade de evidenciar o valor líquido realizável da dívida ativa tributária, considerando a capacidade histórica de recuperação do crédito inscrito.

Memória de cálculo do ajuste para perdas da dívida ativa tributária

A memória de cálculo utilizada na constituição do ajuste para perdas da dívida ativa tributária encontra-se demonstrada a seguir:

Descrição	2023	2024	2025	Média
Estoque inicial bruto (R\$)	271.070,87	261.405,59	202.794,65	-
Estoque final bruto (R\$)	261.405,59	202.794,65	275.451,27	-
Base adotada para o cálculo da efetividade (R\$)	261.405,59	202.794,65	275.451,27	-
Valor arrecadado no exercício (R\$)	15.872,27	18.028,38	61.036,65	-
<b>Percentual de arrecadação (%)</b>	<b>6,07%</b>	<b>8,89%</b>	<b>22,16%</b>	<b>12,37%</b>
<b>Percentual de perda de arrecadação (%)</b>	<b>93,93%</b>	<b>91,11%</b>	<b>77,84%</b>	<b>87,63%</b>

Com base nos dados históricos, a média da efetividade de arrecadação da dívida ativa tributária foi de 12,37%, resultando em percentual médio de perda estimada de 87,63%.

Aplicando-se o percentual médio de perda estimada sobre o saldo bruto da dívida ativa tributária em 31/12/2025, foi apurado o valor do ajuste para perdas, conforme demonstrado a seguir:

Especificação	Valor
Saldo bruto da Dívida Ativa Tributária em 31/12/2025	R\$ 275.451,27
<b>Percentual médio de perda estimada</b>	<b>87,63%</b>
Ajuste para perdas da Dívida Ativa Tributária	R\$ 241.368,17
Saldo líquido realizável da Dívida Ativa Tributária	R\$ 34.083,10

Assim, o saldo bruto da Dívida Ativa Tributária registrado em 31/12/2025 totalizou R\$ 275.451,27, sobre o qual foi constituído ajuste para perdas no montante de R\$ 241.368,17, resultando em saldo líquido realizável de R\$ 34.083,10.

No tocante à Dívida Ativa Não Tributária, a planilha de apuração do exercício de 2025 não apresenta base analítica preenchida nem saldo inscrito, razão pela qual essa rubrica permaneceu com valor zero para fins da presente nota explicativa. Caso existam créditos dessa natureza não refletidos na base utilizada, recomenda-se a revisão da planilha e dos registros contábeis antes do encerramento definitivo das demonstrações.

Dessa forma, os Créditos a Longo Prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do Município de Tacaimbó, em 31/12/2025, refletem a composição líquida da dívida ativa tributária, após a constituição do ajuste para perdas com base em metodologia de recuperabilidade histórica, conferindo maior prudência, consistência e fidedignidade aos valores apresentados nas demonstrações contábeis.



**Nota Explicativa  
(CONSOLIDADA)  
Balço Patrimonial**  
Anexo 14, Lei nº4.320/64

**Nota 9: Imobilizado**

O saldo do imobilizado ao final do exercício de 2025 foram de R\$ 34.829.524,32. É composto pelas contas: BENS MÓVEIS (R\$ 8.965.072,15); BENS IMÓVEIS (R\$ 28.531.996,07); (-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS (R\$ -2.667.543,90);

DESCRIÇÃO	2025 (R\$)	2024 (R\$)
Bens Móveis	8.965.072,15	8.401.425,86
Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada (bens móveis)	-2.471.818,59	-2.055.477,00
Bens Imóveis	28.531.996,07	23.262.356,43
Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada (bens imóveis)	-195.725,31	-195.019,93
<b>TOTAL</b>	<b>34.829.524,32</b>	<b>29.413.285,36</b>

**Nota 10: Intangível**  
0,00

**Nota 11: Passivo Circulante**

Os bens e direitos de longo prazo evidenciados no Balço Patrimonial do exercício de 2025 foram de R\$ 3.632.454,68. São compostos pelas contas: OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO (R\$ 341.009,85); EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO (R\$ 208.047,98); OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES (R\$ 0,00); TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); PROVISÕES A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (R\$ 3.083.396,85);

**Nota 12: Passivo Não Circulante**

Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balço Patrimonial do exercício de 2025 foram de R\$ 8.471.084,27. São compostos pelas contas: OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO (R\$ -167.894,78); EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO (R\$ 2.516.008,02); OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); PROVISÕES A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO (R\$ 6.122.971,03); RESULTADO DIFERIDO (R\$ 0,00);

**Nota 13 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a longo prazo**

O saldo das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a longo prazo ao final do exercício de 2025 é de R\$ -167.894,78.

**Nota 14: Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências de curto e longo prazo**

obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo no valor de R\$ 341.009,85, fornecedores e contas a pagar a curto prazo no valor de R\$ 208.047,98 e demais



**Nota Explicativa  
(CONSOLIDADA)  
Balço Patrimonial**  
Anexo 14, Lei nº4.320/64

obrigações a curto prazo no valor de R\$ 3.083.396,85. Totalizando passivo circulante em R\$3.632.454,68.

obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a longo prazo no valor de R\$ - 167.894,78, fornecedores e contas a pagar a longo prazo no valor de R\$ 2.516.008,02 e demais obrigações a longo prazo no valor de R\$ 6.122.971,03. Totalizando restos a pagar a longo prazo em R\$8.471.084,27.

Os valores com obrigações trabalhistas de curto e longo prazo encontram-se abaixo discriminados:

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DE CURTO PRAZO		OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DE LONGO PRAZO	
PESSOAL	R\$ 15.954,98	PESSOAL	R\$ 0,00
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	R\$ 0,00	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	R\$ 0,00
BENEFÍCIOS ASSISTÊNCIAIS	R\$ 0,00	BENEFÍCIOS ASSISTÊNCIAIS	R\$ 0,00
ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 325.054,87	ENCARGOS SOCIAIS	R\$ -167.894,78

**Nota 15: Empréstimos e Financiamentos**

O saldo de Empréstimos e Financiamentos a longo prazo ao final do exercício de 2025 é de R\$ 0,00.

**Nota 16: Fornecedores e Contas a Pagar a longo prazo**

O saldo de Fornecedores e Contas a Pagar a longo prazo ao final do exercício de 2025 é de R\$ 2.516.008,02.

**Nota 17: Provisões a Longo Prazo**

O saldo de Provisões a longo prazo ao final do exercício de 2025 é de R\$ 0,00.

**Nota 18: Provisões**

O total de provisões de curto prazo para o exercício de 2025 totalizou R\$ 0,00. O total de provisões de longo prazo para o exercício de 2025 foi de R\$ 0,00 o que resultou num total de provisões de R\$ 0,00 distribuídas na tabela a seguir.

PROVISÕES DE CURTO PRAZO		PROVISÕES DE LONGO PRAZO	
PROVISÕES TRABALHISTAS	R\$ 0,00	PROVISÕES TRABALHISTAS	R\$ 0,00
PROVISÕES FISCAIS	R\$ 0,00	PROVISÕES PREVIDENCIÁRIAS	R\$ 0,00
OUTRAS PROVISÕES	R\$ 0,00	PROVISÕES FISCAIS	R\$ 0,00
		OUTRAS PROVISÕES	R\$ 0,00

**Nota 19: Provisões Matemáticas Previdenciárias**

O Total das Provisões Matemáticas Previdenciárias para o exercício de 2025 é de R\$ 0,00.

**Nota 20: Demais Obrigações a Longo Prazo**

O saldo das Demais Obrigações a Longo Prazo ao final do exercício de 2025 é de R\$ 6.122.971,03.



**Nota Explicativa  
(CONSOLIDADA)  
Balço Patrimonial**  
Anexo 14, Lei nº4.320/64

**Nota 21: Passivo Financeiro**

O passivo financeiro no final do exercício de 2025 totalizou R\$ 4.424.909,92. dos quais R\$ 3.632.454,68 são de elementos do passivo com atributo F e R\$ 792.455,24 são restos a pagar não-processados.

**Nota 22: Patrimônio Líquido**

O Patrimônio Líquido (R\$ 45.006.041,44) trata-se do resultado da diferença entre todos os ativos (R\$ 57.109.580,39) e passivos (R\$ 12.103.538,95). É composto pelas contas: PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL (R\$ 0,00); ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (R\$ 0,00); RESERVAS DE CAPITAL (R\$ 0,00); AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL (R\$ 0,00); RESERVAS DE LUCROS (R\$ 0,00); DEMAIS RESERVAS (R\$ 0,00); RESULTADOS ACUMULADOS (R\$ 45.006.041,44); (-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA (R\$ 0,00);

**Nota 23: Saldo Patrimonial**

O saldo patrimonial no final do exercício de 2024 totalizou R\$ 24.739.212,81. O resultado econômico da entidade no exercício de 2025 foi de R\$ 19.474.373,39, quando somado ao saldo anterior resultou no saldo patrimonial final de R\$ 44.213.586,20.

**Nota 24: Quadro de Superávit/Déficit Financeiro**

SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO (Nota 24)		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCICIO ATUAL	EXERCICIO ANTERIOR
500 - Recursos não vinculados de Impostos	4.120.411,85	-6.979,90
501 - Outros Recursos não Vinculados	393,00	-1.119.240,91
540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	128.553,54	-449.000,12
542 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	1.000,41	0,00
543 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	280.761,64	5.542,23
544 - Recursos de Precatórios do FUNDEF	1.821.561,01	0,00
546 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI	183.894,48	0,00
550 - Transferência do Salário-Educação	50.793,63	189.636,62
551 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	4,83	4,36
552 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	863,56	19,65
553 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	34.200,47	1.929,32
569 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	252.286,49	869,52
570 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e outros Repasses vinculados à Educação	0,25	-2.220,26
571 - Transferências do Estado referentes a Convênios e outros Repasses vinculados à Educação	27.535,54	50.511,03
576 - Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação	50.511,03	0,00
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	484.092,68	-50.229,48



**Nota Explicativa  
(CONSOLIDADA)  
Balanço Patrimonial**  
Anexo 14, Lei nº4.320/64

600.3110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	1.086.119,88	0,00
600.3120 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada	922.340,72	0,00
600.3130 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de comissão	1.529.038,26	0,00
601 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	582.350,53	536.409,10
602 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21CO.	0,00	25.728,00
604 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	0,00	-37.456,26
605 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.	98.422,47	29.211,47
621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	82.147,21	44.614,27
631 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e outros Repasses vinculados à Saúde	0,71	0,00
659 - Outros Recursos Vinculados à Saúde	0,00	39.235,93
660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	317.546,59	407.289,11
661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	230.247,73	384.135,38
665 - Transferências de Convênios e outros Repasses vinculados à Assistência Social	2.530,40	0,00
669 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	-25,30
700 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União	2.038.300,08	837.458,88
701 - Outras Transferências de Convênios ou Repasses dos Estados	0,00	44.474,58
706 - Transferência Especial da União	568.687,00	2.378.615,65
710 - Transferência Especial dos Estados	500.000,00	0,00
710.3210 - Transferência Especial dos Estados - Emendas Parlamentares Individuais	4,84	0,00
755 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	1.173.549,59	0,00
869 - Outros recursos extraorçamentários	-790,44	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>16.567.359,98</b>	<b>3.310.532,87</b>

**NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE FONTES/DESTINAÇÃO DE RECURSOS NEGATIVAS:**

Os valores negativos representam comprometimento da fonte de recursos com empenhamentos acima dos valores arrecadados, decorrentes dos mais variados fatores, alheios a orientação contábil, como por exemplo, atrasos nos repasses dos recursos pelos governos federal e/ou estadual, atendimento a situações emergenciais decorrentes de estado de calamidade e/ou emergência, não acompanhamento da programação orçamentária e financeira, dentre outros. Sugerimos na qualidade de consultoria contábil que o controle interno adote as medidas necessárias junto aos gestores e tesoureiros para a obediência as regras estabelecidas para o gerenciamento mensal das fontes/destinação de recursos.

**PREFEITURA DE TACAIMBÓ**

Endereço: R. Sebastião Clemente, nº 83 - Centro, Tacaimbó - PE, 55140-000.

Telefone: (81) 3755-1257



**Nota Explicativa  
(CONSOLIDADA)  
Balço Patrimonial**  
Anexo 14, Lei nº4.320/64

### ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL

A avaliação dos elementos do Ativo e Passivo pode ser realizada mediante a utilização da análise por quocientes, dentre os quais se destacam os índices de liquidez e endividamento.

1. Liquidez corrente (LC) = Ativo Financeiro (AF) / Passivo Financeiro (PF)

$$LC = \frac{\text{Ativo Financeiro (AF)}}{\text{Passivo Financeiro (PF)}} = \frac{16.106.382,09}{10.803.046,99} = 1,49$$

A liquidez corrente demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar, etc.). Neste caso, o índice apresentado demonstra uma situação favorável, em que a entidade tem saldo do AF para poder pagar suas dívidas registradas no PF, então terá superávit financeiro, poderá dispor no ano seguinte para abertura, por exemplo, de créditos adicionais.

#### d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

##### d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

Não houve registro e execução de passivos contingentes dos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

##### d.2. Divulgações não financeiras

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

##### d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

##### d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não foram feitos ajustes significativos decorrentes da omissão e erros de registro para este exercício.

##### d.5. Atualização da Dívida (Passivo Não-Circulante):

No Exercício de 2025 houve uma atualização positiva no valor da dívida.

#### e) Saldos Significativos de Caixa e Equivalente de Caixa Mantidos, mas que não Estejam Disponíveis para Uso Imediato por Restrições Legais ou Controle Cambial

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

Saldos significativos de caixa e equivalente de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais, conta judicial - precatórios 60%.



**Nota Explicativa  
(CONSOLIDADA)  
Balço Patrimonial**  
Anexo 14, Lei nº4.320/64

**f) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA**

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

**g) EVENTUAIS AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES E OUTRAS OPERAÇÕES QUE IMPACTEM NO BALANÇO PATRIMONIAL**

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentário e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo que necessitem de eventuais ajustes.

**h) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 300/2025 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:**

**h.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:**

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, ativo não circulante mantido para venda e variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo, créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Foram utilizados os atributos (P) para “Permanente” e (F) para “Financeiro” quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

**h.2. Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis (Item I do Anexo XII da Resolução TCE-PE nº 300/2025):**

Não houve ajustes decorrentes de omissões ou erros de anos anteriores.

**PREFEITURA DE TACAIMBÓ**

Endereço: R. Sebastião Clemente, nº 83 - Centro, Tacaimbó - PE, 55140-000.

Telefone: (81) 3755-1257



**Nota Explicativa  
(CONSOLIDADA)  
Balço Patrimonial**  
Anexo 14, Lei nº4.320/64

**h.3. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito (Item II do Anexo XII da Resolução TCE-PE nº 300/2025)**

Não houve bens recebidos por doação no exercício.

**h.4. Transferência de Ativos (Item II do Anexo XII da Resolução TCE-PE nº 300/2025):**

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

**h.5. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito (Item III do Anexo XII da Resolução TCE-PE nº 300/2025):**

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício.

**h.6. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos (Item IV do Anexo XII da Resolução TCE-PE nº 300/2025):**

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

**h.7. Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:**

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou as informações relativas a ajustes, depreciação, amortização e exaustão. Não houve perda de bens por inservibilidade.

**h.8. Relação de Provisões e Passivos Contingentes:**

Não houve durante o exercício, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

**h.9. Informações de Passivos Contingentes:**

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

**h.10. Perdas da Dívida Ativa (NBC TSP 03 - item 97 e 98):**

Não foram registrados valores de perdas da dívida ativa durante o exercício.

**h.11. Informações adicionais (NBC TSP 01 - Item 106):**

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

**h.12. Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC TSP 03 - Item 105):**

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.



**Nota Explicativa  
(CONSOLIDADA)  
Balço Patrimonial**  
Anexo 14, Lei nº4.320/64

**h.13. Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC TSP 03 - Item 103):**

Foi realizada avaliação externa para mensuração das provisões de ordem atuarial pelo Atuário contratado pelo RPPS destacado acima na avaliação atuarial.

**h.14. Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 11ª edição):**

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

**h.15. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:**

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

**h.16. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC TSP 01 - Item 106):**

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

**h.17. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC TSP 01 - Item 106):**

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

**h.18. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC TSP 01 - Item 106):**

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

**h.19. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC TSP 01 - Item 106):**

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

**h.20. Passivos Perdoados (NBC TSP 01 - Item 106):**

Não houve passivos perdoados durante o exercício.

**h.21. Heranças, Presentes e Doações (NBC TSP 01 - Item 107):**

Descrição	Tipo/Classe	Valor (R\$)
Heranças	-	0,00
Presentes	-	0,00
Doações	-	0,00
<b>Total</b>		<b>0,00</b>

**h.22. Ativos Contingentes (NBC TSP 03 - Item 105):**

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

**h.23. Avaliação Externa das Provisões (NBC TSP 03 - Item 103):**

Não houve registro para esta entidade.



**Nota Explicativa  
(CONSOLIDADA)  
Balço Patrimonial**  
Anexo 14, Lei nº4.320/64

**h.24. TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT):**

Não houve teste de imparidade durante o exercício.

**i) ADEQUAÇÃO AO PIPCP**

As informações apresentadas neste Balço, com base nos seus elementos constituintes e peculiares, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano De Implantação Dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao §4º do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015 e atualizado pela Portaria STN/MF Nº 1.569/2023.

Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	31/12/2017	Concluído

**PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP**

<b>Ação</b>	<b>1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2021	Concluído
<b>Ação</b>	<b>2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2021	Concluído
<b>Ação</b>	<b>3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2018	Concluído
<b>Ação</b>	<b>4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	<b>5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2020	Concluído
<b>Ação</b>	<b>6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2020	Concluído



**Nota Explicativa  
(CONSOLIDADA)  
Balanço Patrimonial**  
Anexo 14, Lei nº4.320/64

<b>Ação</b>				
<b>7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).</b>				
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2020	Concluído
<b>Ação</b>				
<b>8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.</b>				
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2023	Concluído
<b>Ação</b>				
<b>9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).</b>				
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Em andamento
<b>Ação</b>				
<b>10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.</b>				
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2020	Concluído
<b>Ação</b>				
<b>11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias etc.).</b>				
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2018	Concluído
<b>Ação</b>				
<b>12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.</b>				
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>				
<b>13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.</b>				
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2016	Concluído
<b>Ação</b>				
<b>14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.</b>				
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
<b>Ação</b>				
<b>15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.</b>				
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>



**Nota Explicativa  
(CONSOLIDADA)  
Balço Patrimonial**  
Anexo 14, Lei nº4.320/64

	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2021	Concluído
<b>Ação</b>	<b>16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
<b>Ação</b>	<b>17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2020	Concluído
<b>Ação</b>	<b>18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2022	Concluído
<b>Ação</b>	<b>19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
<b>Ação</b>	<b>20. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos benefícios sociais.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2026	Concluído
<b>Ação</b>	<b>21. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos instrumentos financeiros.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2027	Em andamento
<b>Ação</b>	<b>22. Reconhecimento, mensuração e evidenciação Arrendamentos.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2028	Em andamento
<b>Ação</b>	<b>23. Reconhecimento, mensuração e evidenciação Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2028	Em andamento
<b>Ação</b>	<b>24. NBCT SP 07 (R1) - Ativo Imobilizado Propriedade, Planta e Equipamento.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2028	Em andamento
<b>Ação</b>	<b>25. NBCT SP Estrutura Conceitual (R1).</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>



**Nota Explicativa  
(CONSOLIDADA)  
Balço Patrimonial**  
Anexo 14, Lei nº4.320/64

	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2030	Em andamento
<b>Ação</b>	<b>26. Reconhecimento, mensuração e evidenciação Receita.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2030	Em andamento
<b>Ação</b>	<b>27. Despesas de Transferência.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	01/01/2030	Em andamento

**PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS - PARTE III DO MCASP**

<b>Ação</b>	<b>Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - FUNDEB.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	<b>Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - OPERAÇÕES DE CRÉDITO.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	<b>Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS).</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	<b>Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - DÍVIDA ATIVA.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	<b>Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - PRECATÓRIOS EM REGIME ESPECIAL.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	<b>Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - CONSÓRCIOS PÚBLICOS.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído

**PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP**

<b>Ação</b>	<b>Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a "Nova" estrutura do MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído



Estado de Pernambuco  
**PREFEITURA DE TACAIMBÓ**  
Palácio Municipal Dr. Joaquim Antônio Albuquerque da Silveira

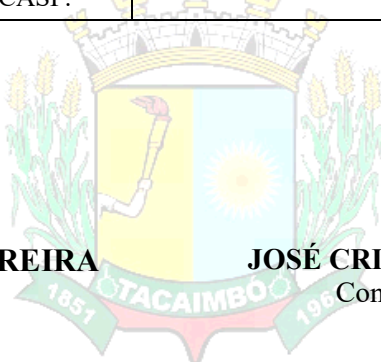


Documento Assinado Digitalmente por: JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO, JOELDA LIMA DA SILVA PEREIRA  
Acesse em: <https://stce.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 8b7a8b1e-bdea-4bb9-a05e-b025d856aec3

**Nota Explicativa  
(CONSOLIDADA)  
Balço Patrimonial**  
Anexo 14, Lei nº4.320/64

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP**

Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretária de Finanças	Imediato	Concluído



**JOELDA LIMA DA SILVA PEREIRA**  
Prefeita

**JOSÉ CRISTÓVAM DA SILVA FILHO**  
Contador, CRC 02598/O-0

PREFEITURA DE  
**Tacaimbó**  
*Trabalhando por você!*

**PREFEITURA DE TACAIMBÓ**

Endereço: R. Sebastião Clemente, nº 83 - Centro, Tacaimbó - PE, 55140-000.

Telefone: (81) 3755-1257